

O PROCESSO MIGRATÓRIO NA AMAZÔNIA VINCULADO À MOBILIDADE PELO TRABALHO – O CASO DA UHE DE TUCURUÍ

Flávia Costa Cavalcante¹

Resumo

O trabalho a ser apresentado tem como proposta analisar a Mobilidade do Trabalho no município de Tucuruí – localizado no Sudeste do Estado do Pará – a partir dos crescentes fluxos migratórios em direção à Amazônia na década de 70. Nosso recorte espacial foi escolhido em função da presença de um grande empreendimento na cidade, a Usina Hidrelétrica, visto que esta atraiu, no período de construção da obra (1970-1980) cerca de 110 mil habitantes, quase o triplo de sua população em 1970. Entendemos que o estímulo a esse fluxo populacional em direção a Tucuruí tem como finalidade principal à inserção da Amazônia na nova estrutura de trabalho que estará sendo montada pela lógica capitalista, estrutura essa que levou a transformações na configuração sócio-espacial do município, fato que demonstra a relevância do Processo Migratório na cidade de Tucuruí, visto que a mobilidade ocorrida nesse espaço foi não só uma mobilidade controlada, mas também direcionada.

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e todos os processos a ela ligados ocasionaram, dentre seus principais rebatimentos o reordenamento espacial da área em estudo, bem como uma nova forma de ocupação e utilização do território. Para tanto, o Estado desempenhou papel central nessa dinâmica, pois dotou de infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos e núcleos urbanos planejados) o município de Tucuruí. No entanto, o crescimento populacional que a cidade presenciou induziu a reprodução de núcleos urbanos periféricos ao seu redor provocando uma pressão sobre os recursos e serviços públicos da cidade.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia apresenta, a partir da década de 70 um fluxo significativo de migrantes, sendo que o Pará foi o Estado da Região Norte a receber o maior contingente populacional nesse período, dos quais 54, 46% eram nordestinos².

De acordo com BECKER (1998), este fenômeno na Amazônia está pautado em três papéis fundamentais assumidos pelos núcleos urbanos, a saber: a) fator de atração de migrantes;

¹ Discente de Licenciatura Plena e Bacharelado do Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, Bolsista PIBIC/UFPA – Departamento de Geografia/CFCH.

² Dados dos censos demográficos de 1980 e 1991.

b) base organizacional do mercado de trabalho; c) local da ação político-ideológica do Estado. A junção desses papéis configura o espaço urbano como primordial no sentido de promover uma rápida mobilidade na Amazônia e direcionar o fluxo migratório para a região. BECKER (1990), define a mobilidade como um processo espacializado de fracionamento social, sendo que, especificamente na fronteira teremos a intensificação da utilização da mobilidade como pressuposto de dinamicidade e versatilidade para a ordenação do mercado de trabalho regional. A partir desses dois preceitos, verificaremos que o processo migratório ocorrido no espaço regional amazônico tem como fundamento à intensa flexibilização da mão-de-obra.

Na contemporaneidade a Região Amazônica apresenta como característica fundamental à concepção enquanto fronteira do capital e, a partir de suas especificidades regionais passa por um processo de intensa e rápida urbanização. Para TORRES (1990 *apud* TOBIAS, 2002) a urbanização não é uma consequência do modelo de desenvolvimento industrial que se viu na sociedade brasileira, principalmente nos estado da Região Sudeste; a urbanização na fronteira, entre tantas abordagens é, em síntese, “um movimento jurídico-econômico de aquisição e controle de terras”. A intensidade com que a urbanização vem crescendo na Região Norte constitui um grave problema para a administração pública e conseqüentemente para a população em termos de qualidade de vida. Os investimentos em setores como educação, saúde, saneamento básico, habitação e criação de novos empregos não acompanham o ritmo no qual se processa o incremento populacional. A necessidade de um programa de migração deveria ser fundamental para viabilizar o projeto de expansão dessa fronteira de modo a criar expectativas e possibilidades na população excedente principalmente do Nordeste o que de fato não ocorreu. Apesar disso, o Estado propiciou a implementação de um colossal sistema de infra-estrutura viária e energética na região amazônica como expressão do Programa de Integração Nacional (PIN), tendo como principais projetos o Projeto Grande Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí.



Figura 1: Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Fonte: Site: [http:// www.paratur.pa.gov.br](http://www.paratur.pa.gov.br) (10/10/2004)

O processo de construção da Usina levou a transformações sócio-espaciais o município de Tucuruí, fato que demonstra a relevância do processo demográfico, haja vista a nova configuração espacial que emergia no bojo do intenso fluxo populacional que para a área do entorno da Hidrelétrica se deslocou. Entendemos que este fluxo tem como finalidade principal à inserção do município na nova estrutura de trabalho que estará sendo montada pela lógica capitalista. No entanto, a massa migrante não inserida nos postos de trabalho emergente deverá se adequar aos novos preceitos da acumulação capitalista.

Estava claro que o objetivo da empresa responsável pelo controle e manutenção da Usina - Eletronorte - era o de que os habitantes da área buscassem, através da indenização e de seus próprios meios a se concentrar nas cidades da região ou então emigrar, visto que o espaço projetado pela empresa para a área de Tucuruí não permitiria a reconstrução daquelas relações comunitárias existentes antes da construção da Hidrelétrica.

2. MOBILIDADE DO TRABALHO – UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

Os contextos variados e as escalas espaciais diferenciadas conferiram ao conceito de Mobilidade uma complexidade crescente, visto que a cada nova ordem política há a emergência de uma nova ordem econômica.

Consideraremos o enfoque neomarxista no qual, a partir dos anos 70, a migração passou a ser concebida como “mobilidade forçada pelas necessidades do capital, ou seja, o capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável” (BECKER, 2000).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento capitalista, paralelamente, ampliava a demanda de trabalho e criava a oferta de trabalho que necessitava. “A força de trabalho deve ser, portanto, móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos ou impostos; móvel quer dizer apto para as deslocações e modificações do seu emprego” (GAUDEMAR, 1977: 190). Essa Mobilidade da força de trabalho imprimida pelo capital permite que haja uma maior produtividade do trabalho e conseqüentemente a extração máxima da mais-valia dita relativa. Na verdade, é a força de trabalho que se mobiliza; o trabalho é a própria força de trabalho em movimento, nesse sentido, falar de Mobilidade do Trabalho é sim falar de Mobilidade da Força de Trabalho, visto que esta é tomada em uma dimensão global assim como o capital. No entanto, não se trata de analisar a Mobilidade como um fenômeno que afeta a indivíduos, mas sim à sociedade no seu desempenho em produzir e se reproduzir.

“Globalmente, todos os movimentos de população são movimentos para sobrevivência social” (MARIN & HÉBETTE, 1982). Tal interpretação revela-nos que os movimentos de

população são vistos dentro do processo de trabalho em seu sentido estrito, ou seja, inserido no processo de produção social, fato que se concretiza quando se acentuam os movimentos migratórios na sociedade capitalista. “A Mobilidade do migrante é, de alguma forma, não só uma ‘Mobilidade [relativamente] controlada’ como também é ‘direcionada’, (grifos do autor) sempre referida à transposição de uma fronteira politicamente constituída” (HAESBAERT, 2004).

Nas relações capitalistas, o trabalhador é “livre”, logo, conclui-se que o trabalho é móvel. Em contrapartida essa liberdade é limitada uma vez que está sujeita às imposições do capital, sendo que, esse capital não mobiliza apenas a população expropriada, mas também e, principalmente os grandes proprietários, responsáveis pela abertura de novas fronteiras, onde atuam como receptores, condutores e exploradores da força de trabalho.

Para que haja uma análise acerca da Mobilidade do Trabalho, faz-se necessária à compreensão do mundo do trabalho contemporâneo, visto que o setor produtivo passa por uma crise evidenciada na supressão cada vez maior dos postos de trabalho e o crescente interesse do capital em se voltar para o setor privado.

A Mobilidade da força de trabalho surge-nos então como condição da gênese do capitalismo e como importante índice de seu desenvolvimento.

3. A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA AMAZÔNIA PARAENSE

O processo migratório pode ser entendido partindo de sua concepção enquanto elemento componente da dinâmica populacional, sendo um importante fator do crescimento desse fenômeno. Contudo, a análise sobre o processo migratório deve ser assentada nas relações de cunho sócio-político, bem como com as determinações da realidade estudada. Pois, as discussões acerca das migrações, estão ou deveriam estar pautadas na relação entre o processo de acumulação da lógica capitalista e a dinâmica populacional. Diante disso, a migração torna-se o elemento que comprova as etapas do desenvolvimento capitalista, as quais estão pautadas na expropriação e exploração da grande massa populacional. A Amazônia vivenciou esse processo de forma relevante, se considerarmos sua concepção de fronteira.

A população da região Amazônica, desde a década de 60, tem crescido a taxas acima da média nacional, em especial pela migração que se constitui num elemento primordial na ocupação humana da Região. Já a década de 70 foi um período importante no que concerne às migrações no Estado do Pará, pois inserido no programa de colonização dirigida na Amazônia foi o Estado da Região Norte a receber o maior contingente populacional dos fluxos migratórios interestaduais. Os resultados sobre as migrações internas no território brasileiro demonstram que na década de 70 houve um intenso

movimento de migrantes³ entre as Unidades da Federação, com o intento de viabilizar a ocupação do espaço físico da Amazônia e dar continuidade à política de expansão do espaço econômico. A fronteira amazônica passa a representar, cada vez mais, a meta de movimentos migratórios.

De acordo com BARCELLOS & COSTA (1991), “a partir de 1970, as políticas do Governo para a Amazônia visam ocupar o espaço, incentivando a migração, e a valorização do mesmo através de empresas de grupos econômicos. Estes grupos, muitos dos quais de capital multinacional, na maioria das vezes sediados em São Paulo, visam, como alternativa de investimentos, à apropriação das terras”. A partir dessa estratégia governamental, o processo migratório na Amazônia foi intensificado em meados dos anos 70. No entanto, o aumento dos fluxos migratórios provocados por essa intensificação vem demonstrando um crescimento muito heterogêneo nas diferentes unidades da Região Amazônica, fato que evidencia as desigualdades intra-regionais acentuadas principalmente em detrimento da política do Estado de alocação de projetos. Segundo os autores, o primeiro movimento caracteriza-se por uma ocupação dirigida, mediante colonização oficial do INCRA; este órgão atraiu migrantes com a doação de lotes de 100 ha.

A corrente mais antiga de fluxos migratórios e também a de maior volume procede do Nordeste. Atraídos pelos programas de colonização e expansão da fronteira agrícola, os nordestinos destinam-se em grande número (86,1%) à Amazônia Oriental, tendo como principal objetivo o de se tornarem produtores autônomos.

Os Nordestinos, em especial os cearenses, foram pioneiros no povoamento mais efetivo da Região Amazônica, quando, no período do *rush* da borracha. Muitos desses migrantes eram flagelados e retirantes das secas que, ocupando os seringais nos vales dos rios amazônicos, dedicaram-se à atividade extrativista.

O Nordeste continua atualmente sendo o maior destaque com relação as demais Regiões do país visto que 54,46% dos nordestinos buscam no Pará as melhores condições dentre as criadas pelo planejamento regional no bojo das políticas de integração nacional. De acordo com RIBEIRO (1996), “durante a década de 80, a Região Norte experimentou um saldo líquido migratório positivo da ordem de 540 mil pessoas, das quais quase que 60% originários do Nordeste”. Analisando a participação dessa Região como principal cedente de população para o Pará, constatou-se que “as trocas líquidas são as mais representativas no âmbito das migrações paraenses com o resto do Brasil, caracterizando o Pará como uma região absorvedora de população nordestina” (TOBIAS, 2002).

³ A concepção de migrante neste trabalho pode ser considerada a partir da discussão neomarxista, sendo considerado migrante todo indivíduo que segue os movimentos do capital sob a condição de força de trabalho assalariada.

A maior parte dos migrantes que se destinam à Amazônia acabam por se dirigir para as áreas urbanas, em contrapartida as zonas rurais chegam, inclusive a perder população. Embora dispersos pelo território paraense, estes migrantes se alocam de preferência na Microrregião de Marabá, onde constituem 40,5% dos migrantes, e especialmente em Tucuruí, onde perfazem 21,8% do total da população residente no município. A distribuição espacial desses migrantes em terras paraenses, relativamente mais dispersa do que em outros pontos da região é devido ao maior número de cidades; a presença de pequenas e médias indústrias localizadas em municípios diferentes e o elevado número de projetos de diversas naturezas implantados em diferentes áreas.

No Estado do Pará, os fluxos migratórios apresentam um comportamento diversificado em virtude da melhor distribuição e do maior número de projetos entre as áreas urbana e rural. Como resultado, observam-se claras mudanças tanto no padrão espacial de distribuição da população como no perfil desta população enquanto sujeita desse processo de apropriação capitalista da fronteira amazônica. É no Estado do Pará “que se encontram algumas das áreas que mais se caracterizam como frentes do processo de apropriação capitalista do espaço amazônico em sua fase atual”. (BARCELLOS & COSTA, 1991).

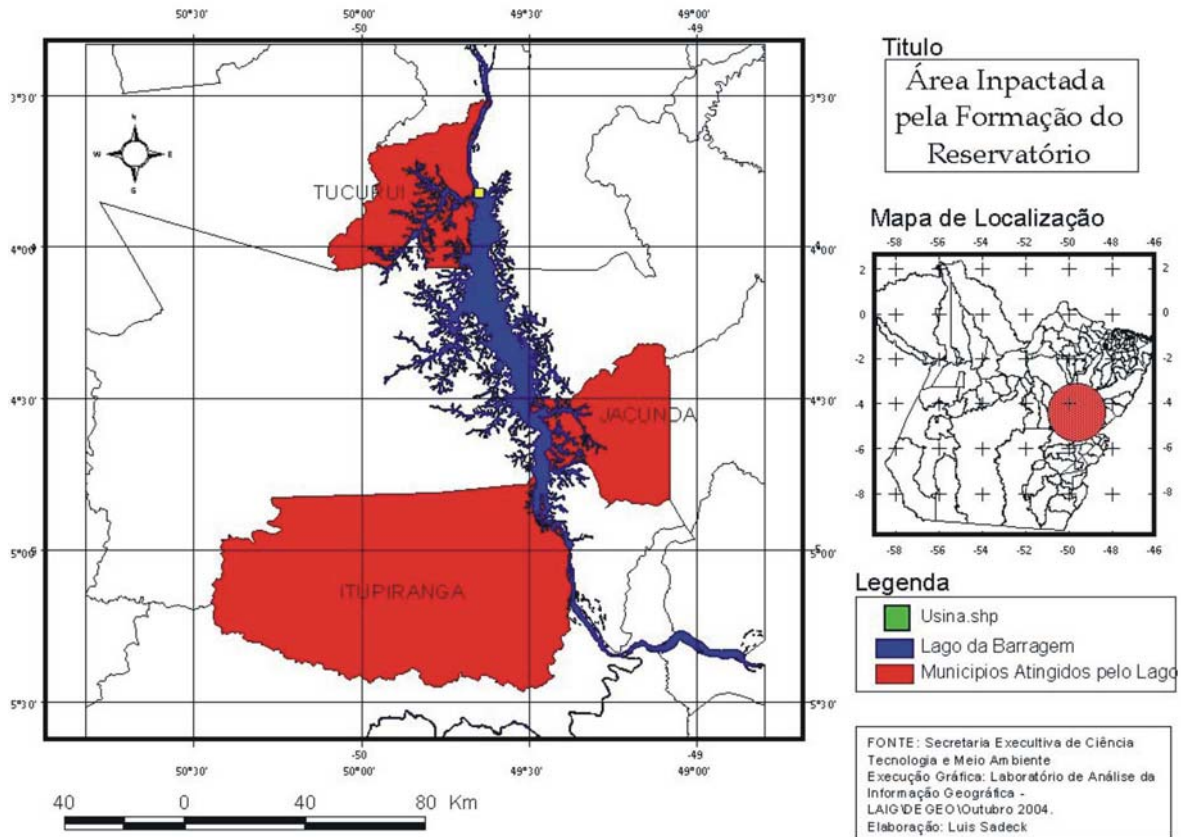
Os aspectos migratórios ora apresentados, destacam a Amazônia como uma Região a sofrer grandes transformações demográficas e, conseqüentemente sócio-econômicas. Como foi observado, o impulso ocorrido na dinâmica migratória advém das mudanças que estão se estabelecendo em diversas áreas da Região Amazônica; tais mudanças poderão determinar ainda por muito tempo, grandes deslocamentos populacionais para a Região.

4. A CONSTRUÇÃO DA UHE – TUCURUÍ E O PROCESSO MIGRATÓRIO

Nenhuma Hidrelétrica foi tão discutida no Brasil como a de Tucuruí - localizada no sul do Estado do Pará, na bacia do Rio Tocantins - em 1984. Porém, meses antes da formação do reservatório da Usina suas controvérsias enfraqueceram-se devido ao fechamento de todas as comportas da enorme barragem. Diante disso, iniciava-se a contagem para o funcionamento da Hidrelétrica que começou a ser pensada no Governo Médice, mas só terminou de ser construída em 1984, durante o Governo Figueiredo.

243 mil hectares de terras dos municípios de Itupiranga, Tucuruí e Jacundá foram inundados para a construção da Hidrelétrica. Além do impacto ambiental provocado na região, seis mil famílias – cerca de 30 mil pessoas – foram abandonadas a própria sorte, pois a empresa responsável pela obra não definiu previamente uma política de relocação dessas famílias afetadas obrigando também a retirada dos povos indígenas Gavião e Parakanã.

Figura 2: Localização da Área Impactada pela Formação do Reservatório da UHE – Tucuruí



Fonte: Laboratório de Análise da Informação Geográfica – UFPA, 2004

Elaboração: Luís Sadeck

A implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí transformou a região num expressivo locus de atração populacional entre as décadas de 1970 e 1980.

Tabela 1: Dinâmica Migratória da Área do Entorno da Usina no período entre 1970 e 1991.

	ANO					
	1970		1980		1991	
Município	Natural	Não Natural	Natural	Não Natural	Natural	Não Natural
TUCURUÍ	5.447	4.474	13.839	47.284	55.218	26.405
ITUPIRANGA	3.486	1.860	4.504	11.147	25.293	15.718

JACUNDÁ	1.326	902	2.709	12.151	23.307	19.714
---------	-------	-----	-------	--------	--------	--------

Fonte: IBGE 1970, 1980 e 1991.

Esse deslocamento populacional que acometeu a área ao redor do empreendimento tem como pressuposto a possibilidade da inserção de mão-de-obra na construção da Usina, o que de fato não ocorreu, visto que a demanda populacional era bem superior aos postos de serviço.

A nova estrutura que estava sendo inserida na realidade regional de Tucuruí fez com que as comunidades tradicionais sofressem um processo de desestruturação-reestruturação em sua configuração espacial, coadunando com os interesses capitalistas, sendo que a população migrante também teve que se ajustar à nova dinâmica sócio-espacial apresentada seja pela inserção ou não no mercado em vias de estruturação. A partir disso, começou a ocorrer um deslocamento espontâneo para as diversas áreas da “região das ilhas”⁴ em busca de melhores condições de moradia e trabalho. A ocupação dessas ilhas representou uma alternativa de reorganização produtiva e espacial para os que sofreram com os efeitos advindos do processo de construção da Usina.

A região de Tucuruí sofreu transformações quantitativas e qualitativas na sua estrutura e composição demográfica, sendo que, ambas relacionam-se diretamente com as etapas de planejamento e execução do projeto da Usina.

No período que antecedeu a construção da Hidrelétrica, cerca de 8 mil habitantes residiam na área onde hoje se encontra o lago reservatório da Usina, sendo que 5.196 estavam concentrados em cerca de 11 núcleos urbanos.

“Estudos realizados por BARROW & MOUGEOT (1982, p. 25) a partir dos dados de 1980, estimaram que a população da área do reservatório hidráulico girava entre 25.000 a 55.000 habitantes. O ecólogo Robert GOODLAND (1977), sob encomenda da Eletronorte, concluiu naquele período e considerando a área do polígono de desapropriação, que existiam entre 8.500 a 20.400 pessoas e uma média de 15.000 pessoas afetadas” (ROCHA, 1999), visto que se tratava de um espaço em que seus habitantes mantinham relações sócio-culturais entre si e com a natureza, além do que, existiam populações que habitavam fora do perímetro mais que também dependiam diretamente daquele ambiente.

⁴ 1.100 ilhas surgiram depois da construção da barragem de Tucuruí na bacia do Tocantins, nelas vive uma população estimada em 6.500 pessoas, que vivem basicamente do extrativismo vegetal e animal, são os desapropriados quando da formação do lago.

A área de destino dessa população atingida pela barragem foi o espaço urbano que sofreu com as modificações advindas do imenso contingente populacional que migrou para essa microrregião durante a instalação da Usina e que teve como principal implicação o adensamento populacional em cidades já constituídas, cujo exemplo maior é o próprio município de Tucuruí. Em contrapartida, a migração compulsória para as áreas urbanas ocorria paralelamente ao processo de expropriação via indenização, já que para a ELETRONORTE (1974, p.125-126 *apud* ROCHA, 1999), se “um número considerável de proprietários dos imóveis atingidos optasse pela indenização pura e simples nada justificaria a adoção de um critério de relocação extensiva a toda população envolvida na área. Do contrário, o desejo de permanência no local adjacente ao atingido implicaria na construção de vários povoados e pequenos núcleos como os atuais”. A empresa alegava que na área de Tucuruí não havia mais onde alocar os atingidos, restando para estes duas opções: ou serem relocados em São Félix do Xingu, no extremo sul do Estado do Pará ou assinando o termo de desistência de relocação.

Supõe-se que inicialmente os deslocamentos populacionais tenham ocorrido pela Transamazônica e BR – 422 e descendo o rio Tocantins, antiga rota migratória, passando posteriormente a serem feitos também pela rodovia PA – 263 visto que esta está interligada com o município de Tucuruí, fato que redirecionou os fluxos migratórios. “Embora fossem novas vias de penetração e, que, naturalmente, serviriam de suporte para os fluxos, esse redirecionamento encontrou relevo também na procedência de migrantes: do total, 65,55% eram originários do próprio Estado do Pará e dos estados vizinhos do Maranhão e Goiás (na época), sendo que o Maranhão constitui a origem da maioria dos migrantes de destino da área de Tucuruí com percentual da ordem de 32,06% do total, seguido pelo Pará (22,08%)” (ROCHA, 1999). Esses dados indicam que há uma preferência dos migrantes em relação às áreas das margens do rio Tocantins e no entorno do reservatório hidráulico da barragem formada em 1984.

A ausência de dados acerca dos municípios que integram a área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí dificulta o levantamento da estrutura demográfica da região, mas, segundo dados do IBGE (2000), a população de Tucuruí hoje é de 73.740 habitantes, dos quais, 82,54% residem na área urbana. A taxa de crescimento demográfico do município é de 5,88% ao ano e a densidade demográfica é de 35,19% hab/km². Esse crescimento do fenômeno migratório presenciado em Tucuruí ocasionou, dentre seus principais rebatimentos, o reordenamento espacial da área em estudo, bem como uma nova forma de ocupação e utilização do território. Trata-se de uma dinâmica populacional complexa, que se explica, fundamentalmente, pelo intenso fluxo migratório ocorrido nas áreas em torno da Usina durante a construção da primeira etapa e que se repete atualmente com as obras de expansão da mesma (segunda etapa).

5. MIGRAÇÃO E MOBILIDADE DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ/PA

A partir da década de 60, a construção de grandes eixos rodoviários, iniciados com a Belém-Brasília, seguida da Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus, Manaus-Caracará-Boa Vista e principalmente a Transamazônica, viabilizou uma intensa Mobilidade horizontal da população concorrendo para o crescimento demográfico da Região Amazônica. Entretanto, a implementação dessas obras requeria grande quantidade de mão-de-obra, não disponível no momento na Região. Esse fato caracteriza a Amazônia pela ausência crítica de massa populacional o que tornou possível o deslocamento em âmbito nacional e a criação de uma força de trabalho através de uma ação geopolítica que visava organizar o mercado regional amazônico. “Essas medidas imprimiram á região decisivas transformações, originadas principalmente na incorporação de terras e de mão-de-obra” (BARCELLOS & COSTA, 1991). Dessa forma, multiplicavam-se os fluxos migratórios em busca de terra e trabalho e, conseqüentemente o aumento da população excedente.

A Mobilidade da força de trabalho, em direção á fronteira amazônica, adquiriu grande expressão em face de sua estrutura agrária aliada à grande propaganda acerca da grande disponibilidade de terras e a possibilidade de adquiri-las. Contudo, o papel da migração na formação do mercado de trabalho regional, apresentou como condição básica para os investimentos promovidos pelo Estado, a disponibilidade de uma força de trabalho móvel. Como expressa GAUDEMAR (1977), “uma mercadoria susceptível de se adaptar permanentemente ás exigências de um mercado acima do qual plana, soberana, a sombra do capital”.

Entre os Estados receptores de migrantes, constata-se que o Pará é o preferido por essas populações, por ser a região que oferece maiores alternativas à força de trabalho, tanto que no Pará, os deslocamentos populacionais sempre foram intensos, sendo que esse ritmo apresentou um aumento quando da implantação de inúmeros projetos agropecuários e de mineração, chegando a registrar no início da década de 70 um aumento de 43,3%. Esse grande fluxo populacional que posteriormente irá compor o mercado de trabalho regional em vias de estruturação, passou por dois processos distintos, porém interligados: a Migração e a Mobilidade do Trabalho. Sendo que, a migração determinará os fatores de atração e repulsão de fluxos populacionais, isto é, o movimento migratório não ocorre de forma espontânea, é induzido pelo Estado, sujeito da legitimação capitalista. A Mobilidade da força de trabalho, como componente da dinâmica migratória regional, irá estruturar o processo de expansão da fronteira amazônica, preconizando a flexibilização do individuo na tentativa de se inserir na configuração capitalista.

BECKER (1990), define a Mobilidade do Trabalho na Amazônia, como um processo espacializado de fracionamento social, sendo que, especificamente na fronteira amazônica

teremos a intensificação da utilização da mobilidade como pressuposto de dinamicidade e versatilidade para a ordenação do mercado de trabalho regional, possibilitadas a partir dos fluxos migratórios que acometeram o espaço regional no bojo da abertura das frentes de ocupação que tem como fundamento a intensa flexibilização da mão-de-obra.

Essa mão-de-obra migrante vai a procura de trabalho em áreas de garimpo ou extração de madeira, nas frentes de mineração em Carajás ou ainda no desmatamento de grandes áreas para a formação de grandes pastos. Dessa forma, entendemos que o direcionamento da migração e da Mobilidade do Trabalho se processou onde estão sendo incorporados os grandes projetos - como é o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - no cenário paraense.

Até os anos 70, a região do médio Tocantins, que compreendia os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí, foi uma importante área no que diz respeito à economia do Estado do Pará, principalmente a partir da atividade extrativa de castanha-do-pará. Nos períodos de safra da castanha, camponeses e comerciantes do gênero deslocavam-se sazonalmente nesse espaço. A intensidade e a velocidade dos processos trazidos pela construção da Usina irão desestruturar as atividades produtivas e reestruturar o espaço microrregional, isto é, a economia decadente fundada no extrativismo é substituída pela geração de energia.

A construção da Usina Hidrelétrica e suas obras complementares (estradas, portos, aeroportos e núcleos urbanos planejados), subsidiaram um intenso crescimento do fenômeno migratório para a área de abrangência do projeto em busca de oportunidades de emprego, ou seja, força de trabalho procurando se inserir na nova estrutura de trabalho montada pela lógica capitalista.

Em 1970, o município de Tucuruí contava com aproximadamente 40 mil habitantes, esse contingente chegou a atingir no pico de construção da obra (1978 – 1980) cerca de 110 mil habitantes. Para a construção da Usina, além dos 14 mil operários já existentes na cidade, foram mobilizados mais 30 mil. Essa concentração populacional – principalmente de operários que trabalhavam na obra de construção da Hidrelétrica – estimulou outras atividades, tanto que entre 1980 e 1985 parte substancial da população residente na cidade dedicava-se a atividades informais, desde alimentação a artigos de insumo doméstico, proporcionando à cidade um período de dinamismo econômico alavancado a partir do projeto de construção da Usina. “Desta feita, deve-se considerar, em primeira instância o intenso fluxo migratório que se dirigiu para a área, de 1975 a 1985, como ‘(...) mobilidade do trabalho que atende à estratégia de formação do mercado de trabalho em áreas de fronteira de recursos’ (BECKER, 1989, p. 06 *apud* ROCHA, 1999). E, depois, embora direcionada pela trajetória do capital, e condicionada pelas ações do Estado no sentido de reestruturar o território, considera-se que a mobilidade do trabalho é também fruto das estratégias de

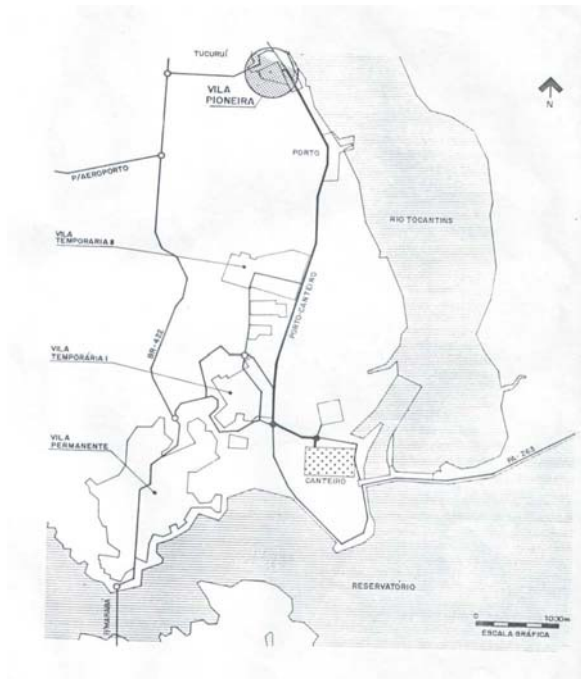
sobrevivência dos migrantes, que expropriados e sem acesso a terra em suas regiões de origem, optaram por se deslocarem para novos territórios”. (BECKER, 1991; MEIRELHES, 1977 *apud* ROCHA, 1999). No entanto, os migrantes não tendo êxito nas áreas rurais, transformam-se em força de trabalho móvel, fenômeno estimulador do processo recente de urbanização na Amazônia.

Essa população considerada móvel tende a se concentrar em pontos específicos do espaço visando à inserção no mercado de trabalho, subsidiando, dessa forma, o surgimento de novos núcleos urbanos nas proximidades dos grandes projetos, nesse caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Dados estatísticos demonstram que o grande contingente populacional que possibilitou o crescimento demográfico na área de influência da Usina obteve sua maior incidência na década de 80, sendo que parte dessa população migrava com o intuito de se inserir nos núcleos urbanos planejados pela Eletronorte. Contudo, somente a minoria desse contingente foi absorvida pelo projeto, ocasionando, dessa forma, a expansão de sedes municipais já constituídas - cujo exemplo maior é a própria cidade de Tucuruí, que é onde se localiza a sede da Usina e a Company Town Vila Permanente – sem que houvesse nenhum acompanhamento do poder público diante da velocidade com que a migração ocorria. Esses fatores contribuirão para o processo de redefinição dos espaços locais de Tucuruí, pois a estrutura pré-existente era insuficiente para absorver o surto populacional que o município viria presenciar ao longo do processo de construção da Usina.

Em 1973, foi construída a primeira base de sustentação para a construção da Hidrelétrica, a Vila Pioneira, visto que a estrutura urbana de Tucuruí não possuía equipamentos urbanos necessários para acolher a população recrutada para executar o projeto. Segundo a Eletronorte (1988) a construção da Vila visava atender à fase inicial da obra. Em 1977 a Empresa construiu para seus operários efetivos, administradores e chefia, a Vila Permanente. Posteriormente, construiu bairros satélites (Vila Temporária I e Vila Temporária II) para abrigar seus funcionários temporários. Observa-se, então, que os espaços construídos pela Eletronorte diferenciavam a força de trabalho de acordo com a posição-função que desempenhava. Diante disso, conclui-se que a inserção espacial da mão-de-obra em Tucuruí foi altamente seletiva e diferenciada dentro do processo de ocupação regional “Esse projeto urbanístico e a segmentação da força de trabalho, teriam conseqüências tanto para o espaço urbano planejado como para a cidade de Tucuruí, principalmente porque o volume de população recrutada e mobilizada para a obra fora superior ao previsto, ocorrendo um processo de inchaço populacional” (ROCHA & GOMES, 2002), que induziu a reprodução de núcleos urbanos periféricos o redor da cidade e provocou uma pressão sobre os recursos.

Figura 3: Vilas Residenciais Construídas pela Eletronorte



Fonte: Eletronorte, 1988.

Mas apesar da demanda habitacional ser superior a oferta, fato que acarretou na expansão urbana da cidade, dando origem a diversos núcleos periféricos, observa-se que entre 1980 e 1985, parecia haver trabalho para toda força mobilizada sendo que de cada dez pessoas que chegavam à cidade somente uma era incorporada à empresa responsável pelo projeto, o restante inseria-se em atividades do setor terciário.

Estatísticas demonstram no período de 1982, um mercado de trabalho heterogêneo na cidade de Tucuruí, sendo que quase 60% da população economicamente ativa incorporou-se a indústrias de construção civil, seguida da prestação de serviços e comércio de mercadorias. Nesse período, apenas 2,93% da PEA (População Economicamente Ativa) encontrava-se a procura de trabalho.

Tabela 2: População Economicamente Ativa por Setor de Atividade no Município de Tucuruí: 1980

TOTAL	Construção Civil	Ind. de Transf.	Comércio	Serviços	Atividades Sociais	Administração Pública	Outras Atividades
23.053	13.181	1.039	2.502	1.615	742	738	439

Fonte: IBGE, 1980.

Com a finalização da obra e o início de seu funcionamento, os fluxos migratórios

decreceram, pois a Usina já não demandava um número elevado de força de trabalho. Essa desmobilização iniciou-se já em 1983, quando cerca de 14 mil operários foram dispensados e, em 1985, com a Usina em fase inicial de operação o número de trabalhadores foi reduzido para menos de quatro 4 mil. Parte desses trabalhadores retornou aos seus locais de origem, outros se deslocaram para obras de barragens e outros ficaram na própria cidade ou nos vários núcleos urbanos construídos ao redor do reservatório da Hidrelétrica. O grande contingente populacional que permaneceu na cidade após o término da obra juntamente com a população desapropriada para a construção da barragem, levou a reprodução de condições de vida a níveis muito baixos, levando a reprodução da pobreza, violência e prostituição, era o espaço urbano histórico transformado pelo novo padrão de organização do espaço urbano.

As transformações ocorridas no município de Tucuruí, advindas da obra de construção da Usina, deixaram marcas profundas na cidade, expressas pelo estreitamento do mercado de trabalho, pela precariedade dos serviços públicos de saúde e educação e principalmente pela redução na oferta de emprego.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em Mobilidade na Amazônia é falar da inserção do capital na Região, a partir do conjunto de práticas e ações estatais visando à rápida integração da Região na economia global. Esse fenômeno causará um duplo desequilíbrio: social e econômico causado pela pressão demográfica.

A estratégia governamental para a Amazônia, intensificou o processo migratório para a Região a partir dos anos 70, quase triplicando seu efetivo populacional. No entanto, esse ritmo de crescimento apresenta-se muito heterogêneo nas diferentes unidades, o que evidencia as desigualdades intra-regionais, acentuadas pela política do Estado no que se refere à alocação de projetos.

Nesse sentido, a Mobilidade ocorrida no município de Tucuruí se deu, sobretudo, em função da instalação da Usina Hidrelétrica, que atraiu um grande número de trabalhadores, os quais, em sua maior parte, ao término das obras de construção da mesma não foram absorvidos pela Empresa responsável pelo projeto – Eletronorte, empresa esta que, presunçosamente, convenceu a opinião pública de que a Hidrelétrica seria a única forma de aproveitar todo o curso do rio Tocantins no território paraense.

Dentre outras conseqüências, observamos que a inserção desse grande projeto no município de Tucuruí ocasionou o crescimento irregular e desordenado da cidade, decorrente do intenso fluxo migratório e da falta de políticas públicas direcionadas a normatização desse fluxo; pressão sobre os recursos públicos do município; drástica

redução dos postos de trabalho e principalmente a proliferação de núcleos urbanos periféricos no entorno da área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

REFERÊNCIA

BARCELLOS, M. M. & COSTA, W. S. População. In: FIBGE. Geografia do Brasil – Região Norte. Rio de Janeiro, 1991.

BECKER, B. K. A Fronteira Urbana e a Mobilidade do Trabalho. In: Amazônia. São Paulo, Ática, 1990.

_____. Amazônia. 6ª ed. São Paulo, Ática, 1998.

BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: conceitos, tipologia, contextos. In: Explorações Geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

ELETRONORTE, Memória do Empreendimento: UHE – Tucuruí. Brasília, 1988.

Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens. Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil). Relatório Final. 2000.

GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Lisboa, Estampa, 1977.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização. Do Fim dos Territórios a Multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Censo Demográfico. Belém, 2000.

MARIN, R. A. & HEBETTE, J. Mobilidade do Trabalho: Revisão Teórica. Belém, UFPA/NAEA, 1982.

PINTO, L. F. Hidrelétricas na Amazônia. Predestinação, Fatalidade ou Engodo? Belém, Edição Jornal Pessoal, 2002.

RIBEIRO, J. T. L. Caracterização Sócio-Demográfica da Migração na Década de 80 por Grandes Regiões Brasileiras. Manaus, Fundação Joaquim Nabuco – Instituto de Pesquisas sobre a Amazônia, 1996.

ROCHA, G. M. A Construção da Usina Hidrelétrica e a Redivisão Político-territorial na Área de Tucuruí. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

ROCHA, G. M. & GOMES, C. B. A Construção da Usina Hidrelétrica e as Transformações Espaciais na Região de Tucuruí. In: Cidade e Empresa na Amazônia. Gestão do Território e

Desenvolvimento Local. Belém, Paka Tatu, 2002.

TOBIAS, A. J. S. Dinâmica Migratória Paraense no Período 1981-1991. In: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto (MG), ABEP, 2002.